

Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo em
30 de Junho de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REFERENTE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024

Apresentamos o Comentário de Desempenho das Demonstrações Financeiras da EDENRED SOLUCOES DE MOBILIDADE E INST. DE PAGTO. HU S.A. referente ao semestre findo 30 de junho de 2024, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável.

A Edenred Soluções de Mobilidade faz parte do Grupo Edenred, que há mais de 50 anos, conecta empregados, empresas e comerciantes em uma rede positiva de confiança em que todos ganham. Por isso, o Grupo Edenred é líder mundial em soluções transacionais que oferecem maior poder de compra para os colaboradores, gerenciamento de despesas otimizados para as companhias e negócios adicionais para comércios e postos credenciados.

A Edenred Soluções de Mobilidade obteve em 14 de fevereiro de 2024, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade de emissora de moeda eletrônica, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União. A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de converter os saldos de moeda eletrônica mantidos em conta de pagamento em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

O resultado do primeiro semestre de 2024 reflete a metodologia positiva do nosso serviço de pagamento automático de pedágios e estacionamento. Atualmente, estamos posicionados entre os três principais serviços de pagamento automático de pedágios e estacionamento, o que reflete nosso compromisso contínuo com a inovação e a excelência em serviços. Nos últimos meses, nossa plataforma evoluiu significativamente, com a integração de novos serviços e melhorias substanciais em usabilidade, o que nos permitiu oferecer uma experiência ainda mais robusta e intuitiva para nossos clientes. Além disso, estamos totalmente preparados para a adoção da nova tecnologia de Free Flow, que representa uma transformação na forma como gerenciamos o tráfego e a cobrança de pedágios. Esta prontidão demonstra nossa capacidade de antecipar as demandas do mercado e oferecer soluções tecnológicas.

Para o segundo semestre do ano, nosso foco estará em explorar novas oportunidades de negócios, a fim de continuar fortalecendo nossa posição no mercado e oferecendo valor adicional aos nossos clientes.

Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança de todos os nossos clientes e dos nossos colaboradores que não medem esforços para o sucesso da Companhia.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024 sem comparação com o período anterior, devido à Administração ter optado pela faculdade prevista no artigo 42º da Resolução BCB nº 2/2020 de não apresentar informações comparativas nessas demonstrações financeiras por se tratar da primeira elaboração das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de setembro de 2024



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.**Balço Patrimonial**

Em 30 de Junho de 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30/06/2024
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Disponibilidades	4	65	Fornecedores		3.268
Instrumentos financeiros		58.257	Obrigações sociais e estatutárias		171
Títulos e valores mobiliários	5	58.257	Obrigações fiscais e previdenciárias	13	4.513
Rendas a receber	6	102.786	Dividendos a pagar		1.235
(Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito)	7	(2.572)	Outras contas a pagar	14	140.178
Ativos fiscais correntes	8.d	4.902			
Despesas antecipadas		954			
Outras contas a receber	9	2.710			
Total do ativo circulante		167.103	Total do passivo circulante		149.367
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Créditos tributários	8.b e 8.c	14.251	Outras contas a pagar	14	103.024
Investimentos	10	133.127			
Imobilizado de uso	11	2			
Intangível	12	4.196			
Total do ativo não circulante		151.576	Total do passivo não circulante		103.024
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	16	75.283
			Reservas de capital	16	659
			Prejuízos acumulados		(9.653)
			Total do patrimônio líquido		66.289
TOTAL DO ATIVO		318.679	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		318.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

Demonstração do resultado
do Semestre findo em 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2024
Receita líquida de prestação de serviços		11.560
Resultado de intermediação financeira		2.593
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	14.153
Custo dos serviços prestados	19	(915)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		13.238
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(16.792)
Com pessoal	19	(415)
Assessoria e representação	19	(391)
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	19	(2.425)
Depreciação e amortização	19	(8.813)
Participações estatutárias no lucro	19	(27)
Outras despesas administrativas	19	(245)
Equivalência Patrimonial	19	(3.545)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(931)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(3.554)
RESULTADO FINANCEIRO		887
Receitas financeiras	20	1.734
Despesas financeiras	20	(847)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.667)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(922)
Correntes	8.a	(4.113)
Diferidos	8.a	3.191
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(3.589)
QUANTIDADE DE AÇÕES	21	82.374
PREJUÍZO DO SEMESTRE POR LOTE DE MIL AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL - R\$	21	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

**Demonstração do resultado abrangente
do Semestre findo em 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	<u>30/06/2024</u>
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(3.589)
Outros resultados abrangentes	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	<u><u>(3.589)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

**Demonstração das mutações de patrimônio líquido
do Semestre findo em 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	75.283	659	(6.064)	69.878
Prejuízo do semestre	-	-	(3.589)	(3.589)
Saldos em 30 de junho de 2024	75.283	659	(9.653)	66.289

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
do Semestre findo em 30 de Junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	
	Explicativa	30/06/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do semestre		(3.589)
Reconciliação do lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	19	8.813
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19	2.425
Equivalência patrimonial	19	3.545
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	(3.191)
		8.003
(Aumento) redução nos ativos:		
Instrumentos financeiros		(5.080)
Contas a receber de clientes		(43.323)
Ativos fiscais correntes		(3.594)
Outras contas a receber		(716)
Despesas antecipadas		45
Outros ativos		(2.159)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores		2.456
Obrigações sociais e estatutárias		(56)
Obrigações fiscais e previdenciárias		5.793
Contas a pagar de aquisição de empresa		834
Outras contas a pagar		39.842
		2.045
Caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Juros recebidos de clientes		1.737
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.632)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		106
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições ativo intangível	11 e 12	(2.154)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(2.154)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
		(3)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Saldo inicial	4	68
Saldo final	4	65
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



EDENRED SOLUÇÕES DE MOBILIDADE E INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO HU S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2024.

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A (“Companhia” ou “Edenred Mobilidade”), sociedade anônima de capital fechado, iniciou suas operações em 30 de julho de 2013, como B2B Com. Eletrônico de Peças S.A., tendo sua denominação social alterada no dia 27 de dezembro de 2022, com sede na cidade de Campo Bom, estado do Rio Grande do Sul, na rua Machado de Assis, 50, prédio 3 - Sala 201, tendo como única acionista e controladora a Ticket Soluções Holding Financeira S.A., e ambas integram o Grupo Edenred, controlado pela Edenred Brasil Participações S.A.

A Companhia tem como objeto a emissão de instrumentos de pagamentos pré-pagos para pagamento de pedágio eletrônico, na qualidade de instituição de pagamento, na modalidade de emissor de moeda eletrônica; prestação de serviços de emissão, de administração e de pagamento relacionados a instrumentos de pagamento pós-pago; intermediação de Negócios e atividades de Serviços Financeiros; e serviços de processamentos, tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e hospedagem. Adicionalmente, atua como parceiro na revenda de tags da controlada Greenpass Tec. e Instituição de Pagto HUE. S.A.(“Greenpass”).

A Edenred Mobilidade obteve em 14 de fevereiro de 2024, autorização do Banco Central do Brasil para funcionar como Instituição de Pagamento, na modalidade de emissora de moeda eletrônica e emissora de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da Resolução BCB nº 81, de 25 de março de 2022, conforme publicação no Diário Oficial da União.

A Companhia apresentou no semestre findo em 30 de junho de 2024 prejuízo de R\$ 3.589. O atual plano de negócios da Edenred Mobilidade evidencia que esta situação deverá ser revertida nos próximos anos, com base: (i) na crescente adesão de novos usuários ao produto Taggy; (ii) aumento da capacidade de vendas com a aquisição da Greenpass, fornecedora da Taggy. Adicionalmente, a Administração da Companhia avalia que algumas tendências de mercado favorecerão a adoção dos seus produtos, entre as quais estão a digitalização dos meios de pagamento e os incentivos governamentais à utilização do sistema de cobrança automática em pedágios com concessão de descontos tarifários.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (“COSIF”), normas e Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020 do BACEN e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo BACEN:

- CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos | Resolução BCB nº 120/21.



- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível | Resolução BCB nº 07/20.
- CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações | Resolução BCB nº 08/20.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 24 - Evento Subsequente | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes | Resolução BCB nº 09/20.
- CPC 27 – Ativo Imobilizado | Resolução BCB nº 06/20.
- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados | Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 – Resultado por ação | Resolução BCB nº 02/20.
- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo | Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente | Resolução BCB nº 120/21.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as normas e instruções do BACEN, quando aplicáveis, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como:

- i) Valor justo de determinados ativos e passivos financeiros.
- ii) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito.
- iii) Impairment de ativos não financeiros.
- iv) Prazo de vida útil do ativo imobilizado.
- v) Prazo de vida útil de ativos intangíveis.
- vi) Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes.
- vii) Reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo estes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas, sendo estas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no semestre em que as estimativas são revistas.



Em virtude de a Companhia ter obtido autorização para atuar como instituição financeira de pagamento pelo BACEN em 14 de fevereiro de 2024, passando a enviar as informações requeridas pelo BACEN a partir dessa data, a Companhia optou pela faculdade prevista no art. 42, § 5º da Resolução BCB nº 02/20 de não apresentar as informações comparativas das demonstrações financeiras, semestrais e anuais, relativas ao ano da autorização para funcionamento da instituição pelo Banco Central do Brasil.

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pela Administração em 30 de agosto de 2024.

2.1. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

- Resolução BCB nº 391, publicada em junho de 2024, altera a Resolução BCB nº 178, de 19 de janeiro de 2022, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Esta Resolução estabelece os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil que devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado em 6 de outubro de 2017, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

- Resolução BCB nº 352 publicada em novembro de 2023, a qual revogou a Resolução BCB nº 219/2021, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de “hedge”) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da referida regulamentação.

Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimentos de juros em caso de atraso, cálculo de taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O plano de implementação do referido normativo está segregado em três fases:

- I. Governança: Criação de fóruns compostos por diferentes níveis hierárquicos dedicados à definição e acompanhamento da implementação;
 - II. Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas da companhia; e
 - III. Revisão das Estimativas: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.
- Resolução BCB nº 390, altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil e as principais regras para utilização das rubricas contábeis do elenco de contas do Cosif, no que diz respeito aos níveis de agregação e aos tipos de rubricas contábeis.

A Resolução define que:

- i) O código das rubricas contábeis do elenco é formado por, no mínimo, cinco níveis de agregação;
- ii) Fica limitada a dez níveis a quantidade máxima de níveis de agregação do elenco de contas Cosif;
- iii) O ato normativo que criar novos níveis de agregação no elenco de contas do Cosif deve entrar em vigor a partir do exercício seguinte e, no mínimo, seis meses depois de sua publicação.

A escrituração contábil somente pode ser efetuada nas rubricas contábeis relativas a operações que a instituição está autorizada a realizar.

A instituição líder do conglomerado deve, nos documentos consolidados, usar as rubricas contábeis destinadas ao uso pelas demais entidades integrantes do consolidado para a escrituração dos eventos e das transações por elas realizados, ressalvadas as eliminações e as reclassificações previstas na regulamentação.

A Resolução entra em vigor em:

I - em 1º de janeiro de 2030, no que se refere:

- a) ao art. 1º, na parte em que altera o art. 4º da Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021; e
- b) ao art. 2º, *caput*, inciso I, alínea “a”;

II - em 1º de julho de 2024, quanto ao disposto no art. 2º, *caput*, incisos II e III; e

III - em 1º de janeiro de 2025, quanto aos demais dispositivos

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Disponibilidades

São representados por dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, aplicações em operações compromissadas, não estando sujeitos a um risco significativo de mudança no seu valor justo. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

c) Instrumentos financeiros – Circular BACEN Nº 3.068/01

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado.
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.
- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Companhia, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 30 de junho de 2024 a Companhia não possuía títulos classificados na categoria “negociação”.

d) Rendas a receber

São representados pelos valores a receber de clientes referente as operações de pedágio eletrônico, que são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. São registradas também as provisões para créditos de liquidação duvidosa destes títulos, a qual é constituída considerando uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

e) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas é constituída com base em uma análise do risco de realização sobre os títulos vencidos e a vencer, de acordo com os critérios de perda esperada.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento em controlada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. Não houve a necessidade de constituição de provisão de perda por redução ao valor recuperável para o semestre findo em 30 de junho de 2024.

O valor de ágio e a mais valia são resultantes da aquisição da Greenpass, e são amortizados de acordo com a sua vida útil.

g) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social. É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos (“impairment”), quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: móveis e utensílios – 10%.

h) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É reconhecido pelo seu valor de custo e ajustado por redução ao valor recuperável (“impairment”). A amortização do ativo intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada. Os intangíveis apresentados em 30 de junho de 2024 não estão sendo amortizados, por estarem em desenvolvimento.

i) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução BCB nº 120/21 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, não houve reconhecimento de perda por impairment durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

j) Reembolsos a efetuar

Compreendem os saldos creditados nas tags, colocados em circulação e ainda não apresentados pelas praças de pedágio credenciadas para reembolso. Outras contas a pagar

Os valores registrados no grupo de outras contas a pagar referem-se substancialmente a valores a pagar pela aquisição da Greenpass. O grupo é composto também por obrigações com companhias coligadas e outros.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução BCB nº 09/20, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.
- Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

l) Fornecedores

- Representado, substancialmente, a valores a pagar às instituições de pagamento participantes do arranjo de pagamento.

m) Obrigações fiscais correntes e diferidas

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidas: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no patrimônio líquido.

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R02) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

o) Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos no semestre findo em 30 de junho de 2024.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de junho 2024, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia é composto por:

	<u>30/06/2024</u>
Moeda Nacional	65
Total	<u>65</u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho 2024 os títulos e valores mobiliários foram classificados como “disponíveis para venda”, composto pelos saldos apresentados abaixo:



5.1 Composição por classificação dos títulos e valores mobiliários

	30/06/2024	
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (*)	<u>58.257</u>	<u>58.257</u>
Total	<u><u>58.257</u></u>	<u><u>58.257</u></u>

(*) Aplicações indexadas ao CDI, cuja remuneração foi de 97% do CDI em 30 de junho de 2024.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre findo em 30 de junho de 2024.

5.2 Composição por vencimento

	30/06/2024		
	<u>Até 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (*)	<u>-</u>	<u>58.257</u>	<u>58.257</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>58.257</u></u>	<u><u>58.257</u></u>

(*) Embora os CDBs tenham vencimentos acima de 12 meses, os mesmos podem ser resgatados a qualquer momento e a intenção da administração é utilizá-lo em um período menor de 12 meses, esses títulos vêm sendo classificados no ativo circulante.

6. RENDAS A RECEBER

	<u>30/06/2024</u>
Clientes (a)	16.193
Valores transacionados a faturar (b)	87.029
Avisos de créditos (c)	<u>(436)</u>
Total	<u><u>102.786</u></u>

(a) O saldo refere-se à valores transacionados e faturados de acordo com a agenda de faturamento de cada cliente.

(b) O saldo refere-se às transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky, que serão arrecadadas e repassadas para a rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias por meio da empresa do Grupo “Greenpass”.

(c) Valores de adiantamentos de clientes a serem consumidos pela prestação de serviços.



O saldo da rubrica “contas a receber de clientes” por idade de vencimento é como segue:

	<u>30/06/2024</u>
A vencer	97.364
Vencidos:	
De 1 a 30 dias	1.011
De 31 a 60 dias	103
De 61 a 90 dias	317
De 91 a 120 dias	2.651
De 121 a 180 dias	557
Acima de 180 dias	783
Total	<u>102.786</u>

7. PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

A Edenred Mobilidade realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores relativos às transações operacionais. A movimentação para o semestre findo em 30 de junho de 2024 está detalhada a seguir:

	<u>30/06/2024</u>
Saldo inicial	147
Adições	2.425
Reversões	-
Saldo final	<u>2.572</u>

8. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):

	<u>30/06/2024</u>
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(2.667)
Alíquota vigente	34%
Crédito de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	907
Efeito das adições/exclusões do período:	
Diferenças permanentes (i)	<u>(1.829)</u>
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(922)</u>
Provisão para imposto de renda corrente	(3.019)
Provisão para contribuição social corrente	(1.094)
IRPJ diferido	2.346
CSLL diferido	845
Alíquota efetiva	35%

(i) As diferenças permanentes referem-se substancialmente as adições oriundas de despesas com equivalência patrimonial, brindes, multas, patrocínio e exclusões por conta de incentivos fiscais, conforme demonstrado a seguir:



30/06/2024

Incentivos fiscais	7
Equivalência Patrimonial	(1.205)
Brindes, multas, patrocínio e outros	(631)
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	<u>(1.829)</u>

b) Movimentação do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Movimentação</u>	<u>30/06/2024</u>
Amortização ágio	6.407	1.747	8.154
Amortização mais valia	4.578	1.249	5.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51	154	205
Provisão para bônus e PLR	3	9	12
Provisão de intermediação	-	2	2
Outras provisões (i)	<u>21</u>	<u>30</u>	<u>51</u>
Total de crédito tributário de IR e CS - Ativo	<u>11.060</u>	<u>3.191</u>	<u>14.251</u>

(i) Referem-se, substancialmente, a valores provisionados de honorários, despesas de informática, marketing, treinamentos e operacionais.

c) Expectativa de realização dos ativos e passivos diferidos:

A Administração avaliou a realização dos ativos diferidos, conforme plano de negócios, e a expectativa é que o benefício seja inteiramente consumido, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2024</u>
	<u>Ativos</u>
2024	79
2025	24
2026	18
2027	5.011
2028	6.123
2029	<u>2.996</u>
Total	<u>14.251</u>

Em 30 de junho de 2024, o valor presente líquido dos ativos fiscais diferidos estimados é de R\$ 11.213, considerado a taxa Selic do período.

d) Ativos fiscais correntes:

	<u>30/06/2024</u>
Antecipação de impostos federais	3.316
Crédito de impostos federais	1.213
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre serviços	205
IRRF sobre aplicações financeiras	<u>168</u>
Total	<u>4.902</u>



9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>30/06/2024</u>
Provisão de receita (pedágio)- mensalidade não faturada	2.229
Outras contas a receber	428
Adiantamentos	27
Contas a receber de partes relacionadas (i)	26
	<u>2.710</u>

(i) Vide nota explicativa nº 17.

10. INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos é composto por investimento em companhia controlada no montante descrito abaixo:

a) Dados da controlada

<u>Investida</u>	<u>% Participação</u>	<u>Número cotas</u>	<u>Total Ativo</u>	<u>Total Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado</u>
Greenpass Tec. e Instituição de Pagto HUE. S.A.	51%	157.133	262.063	248.639	20.375	(6.951)

b) Movimentação dos investimentos

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em 30/06/2024</u>
Investimento (i)	10.391	-	(3.545)	-	6.846
Ágio (i)	32.551	-	-	(5.140)	27.411
Call option (i) e (ii)	76.638	2.091	-	-	78.729
Mais Valia – Carteira de clientes e Softwares (i)	23.813	-	-	(3.672)	20.141
TOTAL	<u>143.393</u>	<u>2.091</u>	<u>(3.545)</u>	<u>(8.812)</u>	<u>133.127</u>

(i) Em 30 de novembro de 2023, foi realizada uma operação de cisão parcial da Companhia Ticket Soluções HDFGT S.A para a Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A. ("Emob"), sendo transferidos todos os ativos e passivos relacionados ao investimento Greenpass para Emob, que passou a ser a controladora da Greenpass, com 51% de participação em seu capital social.

(ii) Refere-se a garantia de opção de compra de 49% das ações da Greenpass.



11. IMOBILIZADO DE USO

a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	30/06/2024		
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	10%	<u>10</u>	<u>(8)</u>	<u>2</u>
		<u>10</u>	<u>(8)</u>	<u>2</u>

b) Movimentação do imobilizado:

	31/12/2023	Adições	30/06/2024
Custo:			
Móveis e utensílios	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
Total	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>10</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
Depreciação acumulada:			
Móveis e utensílios	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>
Total	<u>(7)</u>	<u>(1)</u>	<u>(8)</u>
Valor líquido	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>2</u>

12. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	30/06/2024		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Softwares em desenvolvimento (*)	<u>4.196</u>	<u>-</u>	<u>4.196</u>
	<u>4.196</u>	<u>-</u>	<u>4.196</u>

(*) Referem-se as horas de serviços de profissionais especializados em tecnologia necessárias para o desenvolvimento de novos softwares utilizados na operação da Companhia.



Movimentação do intangível

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>30/06/2024</u>
Custo:			
Softwares em desenvolvimento	<u>2.042</u>	<u>2.154</u>	<u>4.196</u>
Total	<u>2.042</u>	<u>2.154</u>	<u>4.196</u>

Os testes de recuperação são realizados anualmente, no levantamento do balanço ou na existência de indicadores de perdas, conforme descrito na nota explicativa nº 3. Por não haver indicador de perdas no semestre findo em 30 de junho não temos valores registrados decorrentes dos testes de "Impairment".

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>30/06/2024</u>
IR / CSLL	4.113
COFINS	242
Outras obrigações tributárias	65
PIS	48
Imposto Sobre Serviços - ISS	45
Total	<u>4.513</u>

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>30/06/2024</u>
Contas a pagar a partes relacionadas (i)	139.331
Call option (ii)	78.729
Contas a pagar de aquisição de empresa (iii)	24.295
Outras Obrigações	697
Outras Provisões	150
Total	<u>243.202</u>
Circulante	140.178
Não circulante	103.024
	243.202

(i) Refere-se substancialmente a repasses para Greenpass para a liquidação financeira dos valores referentes às transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky à rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias conveniadas. O prazo médio de repasse é de 25 dias. Vide nota explicativa 17.

(ii) Refere-se a garantia de opção de compra de 49% das ações remanescentes da Greenpass.

(iii) Referem-se ao valor variável a pagar pela aquisição de 51% da Greenpass, até setembro de 2026.



15. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 30 de junho de 2024, a Companhia não possui passivos contingentes prováveis ou possíveis em que figura como ré.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$75.283, representados por 82.374.450 ações no valor nominal de R\$0,91 cada uma, assim distribuídas:

	<u>%</u>	<u>30/06/2024</u>
Ticket Soluções Holding Financeira S.A.	100%	<u>75.283</u>
Total	100%	<u>75.283</u>

b) Reserva de capital

O valor de R\$ 659 registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” é decorrente de ágio de emissão de ações.

c) Dividendos obrigatórios

Conforme previsto no Estatuto Social, a diretoria da Companhia, ao final de cada exercício, apresenta à Assembleia Geral proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, sendo obrigatória a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido após as deduções legais.

17. PARTES RELACIONADAS

Conforme definições do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresa a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

Em 30 de junho de 2024 a Edenred Mobilidade manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:



a) Saldos e transações:

	<u>30/06/2024</u>
<u>Saldos Patrimoniais Ativos</u>	
Rendas a receber:	
Ticket Serviços S.A. (i)	16
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (i)	<u>10</u>
Total	<u>26</u>
<u>Saldos Patrimoniais Passivos</u>	
Outras contas a pagar:	
Greenpass Tecnologia e Instituição de Pagamento HUE.S.A. (ii)	(136.070)
Ticket Soluções HDFGT S.A. (iii e iv)	(2.802)
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (iv)	(253)
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (iv)	(117)
Ticket Serviços S.A. (iv)	(88)
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A (iv)	<u>(1)</u>
Total	<u>(139.331)</u>

- (i) Referem-se ao fornecimento do serviço de Tags (pedágio) para as demais empresas do grupo.
- (ii) Refere-se substancialmente a repasses para Greenpass para a liquidação financeira dos valores referentes às transações realizadas pelos usuários do Sistema Taggy e Parkky à rede de aceitação de estacionamentos e concessionárias de rodovias conveniadas. O prazo médio de repasse é de 25 dias.
- (iii) Referente ativação de horas CLT em projetos de tecnologia compartilhados entre as empresas.
- (iv) Referente a reembolso de despesa e repasse de CapEx entre as empresas.

O resultado das transações com partes relacionadas para o semestre findo em 30 de junho de 2024 se encontra detalhado a seguir:

<u>Resultado</u>	<u>30/06/2024</u>
Receitas com prestação de serviços:	
Ticket Soluções HDFGT S.A. (i)	137
Ticket Serviços S.A. (i)	58
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (i)	23
Repom Instituição de Pagamento HUSA S.A (i)	8
Frete Log Transportes HES Ltda. (i)	6
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A (i)	<u>5</u>
	<u>237</u>
Despesas com serviços tomados:	
Greenpass Tecnologia e Instituição Pagamento HUE. S.A (ii)	(869)
Ticket Serviços S.A. (iii)	(65)
Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A (iv)	(6)
Ticket Soluções HDFGT S.A. (iv)	(5)
Despesas com compartilhamento de serviços:	
Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. (v)	(692)
Ticket Serviços S.A. (v)	<u>(318)</u>
Total	<u>(1.955)</u>



- (i) Referem-se ao fornecimento do serviço de Tags (estacionamento e pedágio) para as demais empresas do grupo.
- (ii) Referem-se ao custo de fornecimento de Tags realizado pela Greenpass e revendidas pela Edenred Mobilidade.
- (iii) Referem-se ao fornecimento de benefícios (Ticket Refeição, Ticket Alimentação, Vale Transporte e Auxílio Home-Office) aos funcionários da Edenred Mobilidade.
- (iv) Referem-se a valores pagos em forma de reembolso, de despesas assumidas por outras companhias do Grupo.
- (v) Referem-se ao compartilhamento de serviços (back office), SAC, recolha de notas, operacional e comercial) entre as empresas do Grupo Edenred.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>30/06/2024</u>
Resultado de prestação de serviços (i)	13.001
Impostos sobre serviços (ii)	<u>(1.441)</u>
Receita líquida de prestação de serviços	11.560
Rendimento de aplicações financeiras	<u>2.593</u>
Resultado de intermediação financeira	<u>2.593</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>14.153</u>

- (i) As receitas de prestação de serviços correspondem às receitas com clientes, provenientes do consumo das Tags nas praças de pedágio pelo portador.
- (ii) Referem-se aos valores com ISS, PIS, COFINS e INSS.

19. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

A segmentação entre custos e despesas operacionais é feita com base nos centros de custos produtivos e não produtivos. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2024</u>
<u>Receitas e Despesas Operacionais</u>	
Depreciação e amortização	(8.813)
Equivalência Patrimonial	(3.545)
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	(2.425)
Gastos com informática e comunicação (*)	(1.114)
Custo dos serviços prestados	(915)
Gastos com pessoal	(442)
Gastos com assessoria, consultoria e auditoria	(376)
Gastos com materiais e propaganda	(150)
Outras despesas administrativas	(81)
Gastos com locomoção	(10)
Outras receitas e despesas operacionais	<u>164</u>
Despesa operacional líquida	<u>(17.707)</u>



30/06/2024

Classificadas como:

Depreciação e amortização	(8.813)
Equivalência Patrimonial	(3.545)
Provisão para perdas esperadas associada ao risco de crédito	(2.425)
Outras receitas e despesas operacionais	(931)
Custo dos serviços prestados	(915)
Com pessoal	(415)
Assessoria e representação	(391)
Outras despesas administrativas	(245)
Participações estatutárias no lucro	(27)
Despesa operacional líquida	<u>(17.707)</u>

(*) O saldo contempla os custos do Centro de Serviços Compartilhados e rateio de serviços de informática.

20. RESULTADO FINANCEIRO

Saldos de receitas e despesas financeiras, não vinculados a aplicações financeiras.

30/06/2024

Receitas financeiras:

Juros recebidos de clientes e estabelecimentos	1.737
Multas sobre rescisão	124
Ganhos com variações monetárias	85
PIS s/ receita financeira	(30)
COFINS s/ receita financeira	(182)
Total	<u>1.734</u>

Despesas financeiras:

Perdas com variações monetárias	(834)
Outras despesas financeiras	(13)
Total	<u>(847)</u>
Valor líquido	<u>887</u>

21. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia possui apenas ações ordinárias. A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações ou com característica de patrimônio líquido, portanto, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação.



O prejuízo por ação, está demonstrado a seguir:

	<u>30/06/2024</u>
Prejuízo do semestre	(3.589)
Quantidade de ações ordinárias (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo por ação	82.374
Prejuízo por ação - R\$	<u>(0,04)</u>

22. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCO

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução BCB nº 198/2022, a Edenred Mobilidade, adota uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

A Edenred Mobilidade possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

a) Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, o risco e a complexidade de suas operações, com base em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a Companhia, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

b) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

A Companhia gerencia o risco de liquidez, sendo os investimentos efetuados em instituições financeiras de primeira linha e mantendo saldos de caixa e aplicações financeiras suficientes para honrar seus compromissos.

c) Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus ativos e passivos são denominados em reais.



d) Gerenciamento de capital

As instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil devem manter um Patrimônio Líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos. A partir de 14 de fevereiro de 2024, data da autorização pelo Banco Central do Brasil para a Companhia atuar como instituição de pagamento, a Companhia passou a fazer parte do Conglomerado Prudencial do Grupo Edenred, tendo a Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. como líder do Conglomerado. Os limites de capital regulatório são apurados de forma consolidada e apresentados nas demonstrações financeiras da líder do conglomerado prudencial.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

Não houve nenhuma transação sem efeito no caixa no semestre findo de junho de 2024.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Não houve nenhum evento subsequente à data base desta Demonstração Financeira que necessite de divulgação.

Eduardo Diefenthaler Fleck
Diretor presidente

Philippe Blecon
Diretor Administrativo e Financeiro

Karina Cortez Barbosa
Contadora CRC-1SP 292472/O-2